



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS
GERAIS
DIRETORIA DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO



PORTARIA ADMINISTRATIVA DEDC/CEFET-MG Nº 203, DE 16 DE JUNHO DE 2025

Aprova a ação de extensão de natureza especial intitulada “Consultoria em Engenharia Geotécnica - análise de estabilidade de lagoa facultativa”, vinculada ao processo 23062.014829/2025-27.

O DIRETOR DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Educação, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas e, considerando os critérios para análise de uma ação de extensão de natureza especial, quais sejam:

CONSIDERANDO:

- i) aderência à política institucional de extensão;
- ii) as relevâncias acadêmica e social da ação;
- iii) a regularidade fiscal, trabalhista e idoneidade do parceiro, elencados no parágrafo primeiro do art. 7 da Portaria GDG-8, de 7 de julho de 2023 e;
- iv) o que consta no Processo Administrativo NUP 23062.014829/2025-27,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma de ação de extensão de natureza especial, a prestação de serviço a ser executada pelo(a) servidor(a) Armando Belato Pereira (SIAPE 3059228), o qual dedicará, a convite do(a) Agroindústria São Sebastião da Bela Vista Ltda, 06 (seis) horas para avaliar a estabilidade de uma lagoa facultativa para o tratamento de efluentes industriais, ou seja, verificar se o fator de segurança do barramento cumpre os aspectos normativos vigentes.

§1º - Na hipótese de participação remunerada, compete ao parceiro responsável pelo convite efetivar os pagamentos diretamente ao servidor, bem como garantir os recolhimentos tributários junto à Fazenda Pública, na forma da legislação vigente.

§2º - O limite máximo da soma da remuneração, retribuições e bolsas percebidas pelo servidor, em qualquer hipótese, não poderá exceder ao maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do art. 37, XI, da CF/88.

§3º - Nos termos da Resolução CD-15/2020 e conforme entendimentos fixados pela Controladoria-Geral da União e a Procuradoria Federal da Advocacia-Geral da União junto ao

CEFET-MG, fica vedado o pagamento de bolsas a atividades caracterizadas como prestações de serviços.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

(Assinado digitalmente em 16/06/2025 16:29)

PATTERSON PATRICIO DE SOUZA

DIRETOR - TITULAR

DEDC (11.53)

Matrícula: 1669886

Processo Associado: 23062.014829/2025-27

Visualize o documento original em <https://sig.cefetmg.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **203**, ano: **2025**, tipo: **PORTARIA ADMINISTRATIVA**, data de emissão: **16/06/2025** e o código de verificação: **11a60b6ec4**